



VEREDAS

Revista de Estudos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística – UFJF



Tradução

LANGACKER, Ronald W. Subjectification. *Cognitive Linguistics (includes Cognitive Linguistic Bibliography)*, Volume 1, Issue 1, Pages 5–38, ISSN (Online) 1613-3641, ISSN (Print) 0936-5907, DOI: <https://doi.org/10.1515/cogl.1990.1.1.5>.
<https://www.degruyter.com/view/j/cogl.1990.1.issue1/cogl.1990.1.1.5/cogl.1990.1.1.5.xml>

Créditos da tradução

A tradução deste artigo foi realizada pelo curso de Letras-Bacharelado em Tradução da Universidade Federal de Juiz de Fora, no âmbito do Estágio Supervisionado de Tradução-Inglês, coordenado pela Prof^a Dr^a Sandra Aparecida Faria de Almeida, do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, e dela participaram os alunos: Clarice Coelho de Souza, Isabella Cunha Lopes, Leila da Silva Barbosa, Mairon Morelli Samagaio, Raquel Villas Longhi e Sophia Castro Martins. O estabelecimento do texto final e a revisão técnica foram realizados pelo Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha, do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Agradecimentos

Agradecemos, em primeiro lugar, ao Professor Ronald W. Langacker, autor do texto, à editora Mouton de Gruyter e à Revista *Cognitive Linguistics*, na pessoa de Rebecca Walter, por terem-nos gentilmente cedido os direitos autorais. Em segundo lugar, mas não menos importante, agradecemos ao Programa de Pós-graduação em Linguística da UFJF que, por meio de convênio firmado entre a coordenação do programa e a coordenação do curso de Letras-Bacharelado em Tradução da UFJF, propiciou a realização da tradução deste importante texto da área da Linguística Cognitiva no âmbito do Estágio Supervisionado em Tradução-Inglês da Faculdade de Letras. Deixamos nosso reconhecimento também ao Prof. Dr. Luiz Fernando Matos Rocha, do Departamento de Letras, que gentilmente realizou a revisão técnica do texto em sua versão final. Dirigimos nossos agradecimentos também à equipe de estagiários: Clarice Coelho de Souza, Isabella Cunha Lopes, Leila da Silva Barbosa, Mairon Morelli Samagaio, Raquel Villas Longhi e Sophia Castro Martins. Agradecemos, por fim, à Veredas- Revista de Estudos Linguísticos, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, por acolher a publicação desta tradução.

Prof^a Dr^a Sandra Aparecida Faria de Almeida

Resumo

A **subjeficação** é um tipo de extensão semântica recorrente e altamente relevante que atua com frequência como fator central na evolução de elementos “lexicais” para elementos “gramaticais”. Esse processo diz respeito à distinção reconhecida na Gramática Cognitiva entre a perspectivação subjetiva ou objetiva de uma entidade. Tal distinção está relacionada ao fato de uma entidade funcionar prioritariamente como “sujeito” ou “objeto” da concepção. Um tipo comum de extensão semântica envolve a relação originalmente objetiva, no sentido de existir entre participantes objetivamente construídos, sendo transferida para o eixo subjetivo, de forma que uma relação análoga ocorra entre o conceptualizador subjetivamente construído e alguma entidade na cena objetiva original. Os exemplos apresentados incluem a interpretação de determinadas expressões locativas, o sentido de futuro dos verbos que significam “ir”, a evolução dos verbos modais a partir de sentidos mais concretos e o desenvolvimento da forma perfectiva “have” a partir de verbos de posse.

A teoria semântica do século XX, inspirada pela Lógica Formal baseada em condições de verdade, por muito tempo pressupôs uma visão *objetivista* do significado. De fato, manuais de semântica frequentemente reservam espaço considerável para explicar porque o aluno está errado, quando não totalmente ingênuo, em supor que o significado poderia ser algo tão obscuro como um pensamento ou conceito (cf. KEMPSON, 1977, p.15-20; PALMER 1981, p. 24-28). No entanto, ao longo dos últimos anos, testemunharam-se o surgimento e a elaboração contínua de uma teoria da significação subjetivista ou conceptualista razoavelmente explícita e de base empírica - em síntese, uma verdadeira *Semântica Cognitiva*¹. Um princípio fundamental da Semântica Cognitiva é que o significado de uma expressão não pode ser reduzido a uma caracterização objetiva da situação descrita; é igualmente importante para a Semântica a forma como o conceptualizador escolhe *construir* a situação e retratá-la para fins expressivos. O valor semântico exato de uma expressão é determinado por inúmeras facetas da perspectivação conceptual* inclusive o nível de especificidade com que a situação é caracterizada, suposições e expectativas implícitas, a relativa proeminência conferida a múltiplas entidades e a *perspectiva* assumida na cena comunicativa. É um determinado aspecto da perspectiva que nos interessa aqui.

1. Perspectiva

O termo *perspectiva* inclui fatores como *orientação* e *ponto de vantagem*. Muitas expressões não invocam uma concepção “neutra” da situação descrita (caso isso seja possível), mas sim uma concepção que incorpora um arranjo de visão específico; sendo assim, os efeitos desse arranjo na configuração da situação constitui um aspecto inerente ao valor semântico da expressão linguística. A relevância da orientação se mostra mais evidente no caso de termos como *direita* e *esquerda*, cujo uso é determinado pela direção para a qual o falante, o ouvinte ou algum outro observador esteja voltado (cf. VANDELOISE 1984, 1986):

* A escolha por traduzir “construal” por “perspectivização conceptual” tem como base a seguinte referência: SILVA, A. S. da. Perspectivação conceptual e Gramática. *Revista Portuguesa de Humanidades: Estudos Linguísticos*: Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, Braga, Portugal, v. 12, n. 1, p. 17-44, 2008,

- (1) a. Turn left at the next corner.
b. Raisia was seated on Nancy's right.

A importância do ponto de vantagem é evidente no caso de elementos dêiticos (por exemplo, *aqui* e *lá*), da mesma forma que em casos como o exemplo (2), que é apropriado apenas se a árvore e a pedra estiverem na linha de visão do observador:

- (2) The tree is in front of the rock.

A relevância desse construto não se limita apenas ao domínio espacial, mas é também evidenciada por marcadores de tempo e por termos como *ontem* e *amanhã*, cuja avaliação depende de um ponto de vantagem temporal. Além disso, para fins expressivos, o falante muitas vezes assume um ponto de vantagem diferente do real (como no caso do “presente histórico”).

Intimamente relacionado ao ponto de vantagem, está outro aspecto da perspectiva que constitui nosso foco aqui: o grau de *subjetividade* ou *objetividade* com o qual o conceitualizador constrói uma entidade ou situação específica. É importante salientar que os termos *subjetivo*, *objetivo* e seus derivados serão usados aqui em um sentido especial, técnico. Embora relacionados, seus valores não serão tomados como equivalentes àqueles em discussão quando se trata de um julgamento ser subjetivo ou objetivo (i.e. “pessoal, idiossincrático” ou “imparcial, baseado em sólidas evidências”) ou mesmo se refere às teorias subjetivistas ou objetivistas do significado. Os valores que doravante queremos lhes imputar são melhor ilustrados por um simples exemplo perceptual. Considere os óculos que normalmente uso. Se eu tirar meus óculos, segurá-los na minha frente e examiná-los, sua perspectivação conceptual é *maximamente objetiva*, como iremos compreender o termo: eles funcionam de forma exclusiva e proeminente como o *objeto da percepção* e de forma alguma como uma parte parte do aparato perceptual em si. Por outro lado, minha perspectivação conceptual dos óculos é *maximamente subjetiva* quando eu os estou usando e examinando outro objeto, de forma que os óculos gradualmente desaparecem da minha consciência, apesar de sua função em determinar a natureza de minha experiência perceptual. Os óculos funcionam, então, exclusivamente como parte do *sujeito da percepção* – eles são um componente do aparato de percepção mas não são, em si, percebidos.

O contraste entre a perspectivação conceptual subjetiva e objetiva reflete, portanto, a assimetria existente entre o indivíduo perceptor e a entidade percebida. A assimetria é maximizada quando o observador está tão absorto na experiência perceptual, que este perde a consciência de si mesmo, e também quando o objeto percebido é bem delimitado, totalmente distinto do observador, e localizado em uma região de alta acuidade perceptual. Vamos nos referir a essa situação como *arranjo otimizado de visão*. Nesse arranjo maximamente assimétrico, a entidade construída subjetivamente está implícita e, portanto, não é saliente. Para usarmos a metáfora do teatro, tal construção se mantém *fora de cena* para o público, enquanto a entidade objetivamente construída está proeminente, pelo fato de ser colocada *em cena*, como foco da atenção. É claro que tal polarização extrema representa um ideal que raramente pode ser alcançado na prática. Por exemplo, posso perceber meus óculos, mesmo usando-os e olhando para outra coisa, e, até certo ponto, sua perspectivação conceptual é ligeiramente objetiva e não totalmente subjetiva. A subjetividade e a objetividade são frequentemente variáveis ou uma questão de grau, e são precisamente em tais casos que reside o maior interesse da linguística.

O arranjo otimizado de visão está representado na Figura 1(a), usando notações que deveriam ser amplamente autoexplicativas. V é o observador, P é o objeto percebido e a seta tracejada simboliza a relação perceptual entre eles. A caixa denominada PF representa a extensão total do campo perceptual do observador, enquanto OS representa a região em cena (também chamada de *cena objetiva*), que pode ser caracterizada como o locus geral de atenção. No arranjo otimizado de visão, V tem claro acesso perceptual a OS, mas está situado externamente tanto a OS quanto a PF (a autopercepção estando ausente, em termos de definição) enquanto P é o foco de atenção específico dentro de OS. A perspectiva conceptual de V é portanto subjetiva e a de P objetiva, no grau máximo possível. Na Figura 1(b), está representada uma alternativa que chamamos de *arranjo de visão egocêntrica*:

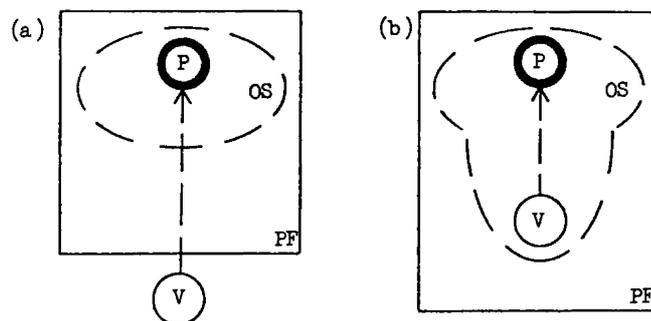


Figura 1

Provavelmente, não somos os primeiros a observar que as pessoas, às vezes, estão preocupadas consigo mesmas e com as relações que elas estabelecem com outras entidades. Quando isso acontece, V pode não só estar autoconsciente (consequentemente, incluso em PF), mas também pode entrar em cena assumindo seu lugar dentro de uma região OS expandida e determinada de modo egocêntrico; no ponto extremo, V pode ele mesmo tornar-se o foco de atenção ($V=P$). Cada passo ao longo dessa trajetória em direção ao enfoque de uma autoavaliação aumenta a objetividade da perspectiva conceptual de V e diminui/reduz a de P. É somente o arranjo otimizado, em que os papéis de perceptor e entidade percebida exibem completa polarização, que permite ou total subjetividade ou total objetividade.

Naturalmente, o escopo da Semântica se estende desde a *percepção* até a *concepção* de forma geral, tomada no sentido mais inclusivo. Não iremos especular aqui o grau em que aspectos não perceptuais da cognição poderiam de fato ser ancorados na percepção e moldados por princípios perceptuais (cf. JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1987, cap. 16). Acreditamos, no entanto, que a noção de subjetividade/objetividade é aplicável muito além da esfera perceptual, quando interpretada de forma estrita. Por um lado, mesmo na ausência de percepção real, é possível imaginar como um objeto aparece quando percebido com diferentes graus de subjetividade. Em um exemplo menos óbvio, suponha que eu experimente uma emoção, tal como medo, desejo, euforia. Se eu simplesmente passar por essa experiência de modo não reflexivo, tanto a emoção quanto o meu papel em experimentá-la são construídos de forma subjetiva. No entanto, à medida que reflito sobre a experiência emocional – analisando-a, comparando-a com outras experiências semelhantes, ou simplesmente observando que estou experienciando-a – a emoção e o meu papel aqui recebem uma perspectiva conceptual mais objetiva. Também é possível analisar como conceptualizo minha casa ao traçar mentalmente a rota que percorro dirigindo até o trabalho e ao desenhar

um mapa mostrando a localização da minha casa em relação ao campus. No primeiro caso, a localização da casa é construída de modo subjetivo, servindo apenas como o ponto de origem implícito para o percurso mental. No último, por outro lado, há uma perspectivização conceptual objetiva em virtude de ser colocada em cena, como foco explícito de atenção.

As conceptualizações que nos interessam são os significados de expressões linguísticas (referimo-nos a esses significados como *predicações*), e os vários elementos da Figura 1 podem cada um receber uma interpretação linguística específica. V corresponde ao conceptualizador, que pode ser identificado em primeiro lugar com o falante, em segundo com o ouvinte e, por extensão, com qualquer outro indivíduo cuja perspectiva ele adote ou leve em consideração. O componente análogo a PF é o *escopo geral de predicação*, definido como a concepção máxima (ou complexo conceptual) que uma expressão de forma específica evoca e da qual depende para sua caracterização semântica. O componente correspondente de OS é um construto de significância linguística substancial, chamada *escopo imediato de predicação* (LANGACKER, 1988, p. 70-75); o escopo imediato de *cotovelo*, por exemplo, é a concepção de um braço, enquanto o escopo geral é a concepção do corpo como um todo. De forma análoga a P, está a entidade que a expressão *designa*, que, na Gramática Cognitiva, é referida como seu *perfil(amento)*; por exemplo, *cotovelo* toma a concepção de um braço como sua *base* e, dentro dessa base, *perfila* uma articulação principal e a área imediatamente adjacente. O perfil(amento) também pode ser caracterizado como o ponto focal dentro do escopo imediato – está em cena e é construído de modo objetivo por definição. Finalmente, a relação perceptual na Figura 1 corresponde à *relação de perspectivização conceptual*, que implica o fato de o conceptualizador eleger uma determinada concepção e construí-la de uma maneira específica.

2. Ancoragem

Usamos o termo *ground* para descrever o evento de fala, seus participantes e suas circunstâncias imediatas (como o tempo e o espaço). Há um sentido bastante tênue no qual o *ground* figura no significado de cada expressão; o próprio fato de ser uma expressão linguística implica um usuário em potencial, e em qualquer uso real, o falante e o ouvinte provavelmente estarão, pelo menos vagamente, conscientes de seu papel na escolha e na construção da concepção evocada. Entretanto, se essa é a extensão de seu envolvimento – digamos, substantivos comuns e verbos considerados isoladamente (por exemplo, *lâmpada, árvore, torradeira, dia, torcer, morrer, imaginar, denegrir*), então o papel do falante/ouvinte é quase inteiramente subjetivo; e para fins descritivos podemos considerar o *ground* como estando externo ao escopo de predicação. Tal configuração está representada na Figura 2 (a), na qual as siglas G, MS e IS equivalem, respectivamente, a *ground*, *escopo máximo* e *escopo imediato* (região em cena), enquanto as linhas contínuas indicam o perfilamento. A classe de expressões *dêiticas* agora pode ser definida como aquela que necessariamente invoca o *ground* e, assim, o inclui em seu escopo. Podemos distinguir duas classes amplas de dêiticos. Uma delas abrange expressões como *ontem, amanhã e ano passado*, na qual o *ground* permanece fora de cena como um ponto de referência implícito e não perfilado, conforme representado na Figura 2 (b):

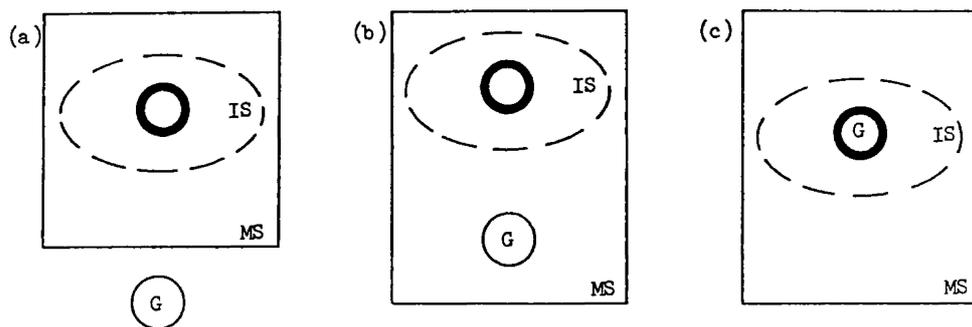


Figura 2

A outra classe é formada por expressões como *eu, você, aqui e agora*, na qual alguma faceta do *ground* é colocada em cena e perfilada, como retratado na Figura 2 (c). Evidentemente, conforme se avança de (a) a (c), a perspectivação conceitual de G torna-se progressivamente mais objetiva.

Ao longo de outro eixo, as expressões linguísticas se dividem em duas classes básicas, dependendo da natureza de seu perfil(amento). Uma expressão *nominal* perfila uma *coisa*, e (obviamente) uma expressão *relacional* designa uma relação. É importante ressaltar que *coisa* e *relação* são usadas como termos técnicos cuja caracterização é altamente abstrata, mesmo que os detalhes não sejam relevantes aqui². A coisa é representada de forma adequada por um círculo e funciona como o perfil(amento) de expressões nominais, pronomes e expressões nominais plenas. (i.e. sintagmas nominais). As classes de adjetivos, advérbios, preposições, participípios, verbos e orações finitas perfilam relações retratadas por meio de uma linha que conecta os principais participantes (sejam eles coisas ou outras relações), conforme representado na Figura 3(a). A expressão relacional geralmente exibe uma assimetria por meio da qual um de seus participantes é destacado como sendo localizado ou avaliado ou cujas interações estão sendo acompanhadas ao longo do tempo. Referimo-nos a essa entidade como *trajetor* (tr) e apresentamos a hipótese de que ela é adequadamente caracterizada como a *figura* da relação perfilada. Uma entidade saliente/proeminente que não seja o trajetor é chamada de referência (ref). A distinção sujeito/objeto é apenas uma manifestação no nível da sentença da assimetria trajetor/*ground* à qual atribuímos a estrutura de expressões relacionais (mesmo que em morfemas).

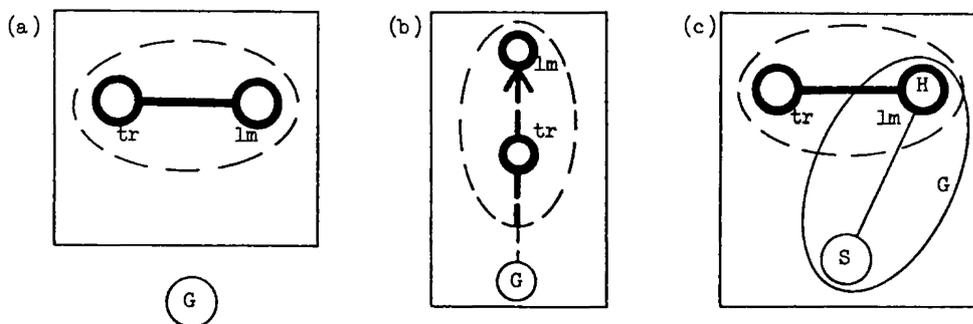


Figura 3

Uma relação perfilada pode ocupar uma série de posições distintas em relação ao *ground*. A Figura 3(a) representa uma perspectivação conceptual totalmente objetiva na qual o *ground* está fora do escopo de predicação, como é exemplificado pelas expressões *abaixo*, *ingerido*, *alto* e *displacientemente*. O *ground* (ou alguma faceta dele) também pode ser incluído no escopo de predicação como um ponto de referência não perfilado, como se estivesse fora de cena. Um exemplo disso é a frase *The tree is in front of the rock*, em que a árvore (tr) se encontra na linha de visão do falante (e possivelmente do ouvinte) com relação à pedra (lm), como ilustrado na figura 3(b). Uma terceira opção é colocar uma determinada faceta do *ground* em cena como um dos participantes da relação. Na Figura 3(c), encontra-se a configuração representada pela expressão *ao seu lado*: o ouvinte (H) funciona como um participante objetivo, explicitamente especificado, enquanto o falante (S) permanece implícito e subjetivo.

Por fim, o evento de fala em si constitui uma relação capaz de entrar em cena como o perfil(amento) de uma oração finita. Nesse caso, o escopo imediato é identificado como *ground*, conforme ilustrado na Figura 4(a). As sentenças resultantes são tradicionalmente conhecidas como *performativas*:

- (1) a. I tell you she is innocent!
 b. I order you to go back to work immediately.
 c. I promise you that it will never happen again.

Sabe-se que tais expressões podem geralmente ser interpretadas ou como performativas ou como meras descrições (a não ser que não haja ambiguidade devido à presença de expressões adverbiais como *por meio deste* ou *toda manhã*).

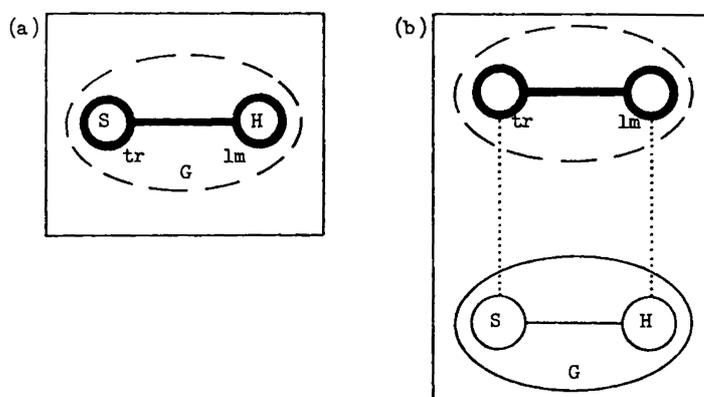


Figura 4

Deixando de lado o contraste aspectual (simples x habitual), podemos caracterizar a diferença entre as leituras performativa e descritiva dependendo se o *ground* e o perfil(amento) coincidem. A Figura 4(b) ilustra a interpretação descritiva, na qual a relação perfilada é distinta do evento de fala em si (fora de cena), mesmo que o trajetor e o marco correspondam aos participantes do ato de fala (como indicado pelas linhas pontilhadas). Devido ao fato de que o *ground* e o perfil(amento) permanecem distintos em 4(b), o primeiro é construído de forma relativamente subjetiva, e o último de forma objetiva. Por outro lado, a coincidência entre *ground* e perfil(amento) em 4(a) elimina a própria base para a assimetria entre subjetividade/objetividade. Logo, a interação falante/ouvinte designada por uma oração

performativa tem um grau de subjetividade que é o menor possível para o *ground*, bem como um grau de objetividade, que é o menor possível para uma relação perfilada.

É considerado senso comum que *expressões nominais* (sintagmas nominais) e *orações finitas* representam categorias gramaticais universais com significância estrutural especial. Atribuímos o caráter distintivo desses constituintes ao fato de que esses são *ancorados*, isto é, no que se refere a questões tão fundamentais como realidade, existência e conhecimento por parte do falante/ouvinte, a entidade perfilada mantém alguma relação com o *ground*. No caso de expressões nominais do inglês, a ancoragem é realizada por artigos, pronomes demonstrativos e certos quantificadores. Enquanto um substantivo simples (por exemplo, *gato*) apenas nomeia um *tipo* de coisa, uma expressão nominal plena (*este gato*; *algum gato*; *qualquer gato*; *um certo gato*) designa uma *instância* desse tipo e indica se e de que forma os participantes do ato de fala foram bem sucedidos ao estabelecerem um contato mental com essa instância particular. Da mesma forma, enquanto um verbo simples (por exemplo, *cair*) apenas nomeia um tipo de processo, uma oração finita (*Ele/ela caiu*; *ele/ela pode cair*; *ele/ela cairia*) perfila uma instância do processo e a situa no que diz respeito ao tempo e à realidade imediata do evento de fala. Na língua inglesa, o tempo verbal e os verbos modais realizam a ancoragem de orações finitas.

A ancoragem que resulta em uma expressão nominal ou oração finita não precisa ser fonologicamente explícita. Por exemplo, tanto o tempo verbal quanto a modalidade são fonologicamente zero em uma oração como *I see it*. Porém, em cada caso, a ausência de uma marcação explícita tem implicação conceitual específica (“proximidade a G” e “localização na realidade” – cf. LANGACKER 1978; 1991, cap. 6). Ao mesmo tempo, nem toda expressão que satisfaz a descrição semântica anterior funciona realmente como um elemento de ancoragem no sentido de ser sensível a formação de uma expressão nominal ou oração finita. Uma oração não é considerada finita por meio da palavra *amanhã*, por exemplo, mesmo que isso situe o evento com relação ao tempo da fala (*Trabalhar amanhã seria inapropriado*). Podemos supor de modo razoável que apenas os elementos “gramaticizados” (em oposição aos “lexicalizados”) podem servir como verdadeiras predicções de ancoragem. Por enquanto, é suficiente notar que um elemento gramaticizado é bastante *esquemático* do ponto de vista semântico (isto é, não possui a especificidade e a riqueza de detalhes típicos de itens lexicais) e tende a assumir um caráter “relativista” ou “topológico” em vez de indicar uma forma ou valor específico (cf. TALMY, 1988b). As predicções de ancoragem não constituem necessariamente uma classe homogênea ou nitidamente delimitada, mas não há dúvidas de que exemplos prototípicos – tais como artigos, pronomes demonstrativos e marcadores de tempo – se adequam a essa caracterização: seus significados estão limitados a especificações gerais relativas a questões “epistêmicas” fundamentais (realidade, identificação etc.). Além disso, elas não situam a entidade perfilada em termos de valores precisos ou unidades de medida específicas (“às 15 horas”, “com 83% de certeza”, “duas milhas além do horizonte”), mas apenas em relação ao *ground* (“conhecido para o falante e ouvinte”, “distante do falante”, “anterior ao momento de fala”).

Outra característica das predicções típicas de ancoragem – a que nos interessa aqui – é que o *ground* recebe uma interpretação altamente subjetiva, apesar de seu papel central. De fato, argumentamos em outra obra (LANGACKER, 1985) que uma série de suas propriedades gramaticais são consequências diretas de o *ground* ser construído com *subjetividade máxima*, consistente com sua inclusão no escopo de predicação. Nesse sentido, é válido comparar o comportamento gramatical de elementos de ancoragem com o de outras expressões que parecem ser semanticamente equivalentes. Ao ser solicitado a fornecer uma paráfrase simples do pronome *este/esta*, por exemplo, seria possível sugerir a conjunção de *conhecido por nós*

(isto é, “definido”) e *próximo a mim* (“próximo ao falante”). Do mesmo modo, a expressão *antes de agora* parece razoável para representar a predicação de passado simples, e o termo *possível* para expressar o sentido epistêmico do verbo *poder*. Observe que essas aparentes paráfrases representam classes de palavras tais como adjetivos, participípios e sintagmas preposicionais, todas analisadas na Gramática Cognitiva como *relações atemporais*. A julgar pelo seu comportamento, no entanto, os elementos de ancoragem não pertencem a essa categoria. Por exemplo, enquanto as relações atemporais combinam com o verbo *ser/estar* (*be*) para formar o seu núcleo, como em (2), vemos em (3) que os elementos de ancoragem correspondentes não podem fazê-lo:

- (2) a. The village is known to us and near me
 b. The deadline was before now
 c. A conclusive victory is now possible.
 (3) a. *The village is this.
 b. *The deadline was -ed.
 c. *A conclusive victory is may.

Pode-se argumentar, é claro, que (3)b desvia-se do padrão pelo fato de o morfema de passado não poder configurar como uma palavra independente, mas, mesmo se ignorarmos essa deficiência morfológica, a sentença ainda não é boa o bastante. Tampouco importa que (3)a seja relativamente aceitável quando o pronome *este/esta* (*this*) é interpretado como uma expressão nominal de um predicado/predicado nominal - a questão, na verdade, é que (3)a não pode ser considerada como diretamente análoga a (2)a, em que o pronome *este/esta* receba o valor relacional de “*conhecido por nós e próximo de mim*”.

Em resumo, as evidências indicam que a predicação de ancoragem para uma expressão nominal perfila uma *coisa* e é, portanto, uma expressão nominal esquemática em si. Sendo assim, é totalmente consoante o fato de que muitas dessas expressões (*este/esta/isto, aqueles/aquelas, a maioria, alguns/algumas, cada, qualquer/quaisquer etc.*) são usadas de forma independente como expressões nominais proforma – isto é, como expressões nominais plenas e esquemáticas com relação ao tipo. De forma análoga, a predicação de ancoragem em uma oração finita pode ser melhor analisada como a designação de um processo, ou seja, uma relação *temporal* (em vez de uma relação *atemporal*), como é o caso de um verbo ou de uma oração finita de modo geral. Portanto, não é de surpreender que os verbos modais funcionem como sintagmas proforma (*Ela pode; eles poderiam; você deve*). Assim, queremos dizer que uma expressão de ancoragem é esquemática em relação ao elemento que ela deriva e que a mesma designa uma coisa ou um processo, embora transmita o tipo de conteúdo característico de relações atemporais. A distinção feita na Gramática Cognitiva entre *base* (conteúdo) e *perfil(amento)* (designação) permite uma afirmação direta da generalização desejada: *a predicação de ancoragem evoca como base uma relação de ancoragem, mas, dentro dessa base, perfila somente a entidade ancorada (coisa ou processo caracterizado de forma esquemática)*. Quando uma expressão de ancoragem se combina com outros elementos para formar uma expressão nominal ou oração finita específica (não proforma), seu perfil(amento) – a entidade ancorada – é equacionada com o núcleo da expressão nominal ou clausal.

O contraste semântico fundamental entre uma predicação de ancoragem e sua contraparte atemporal não é tanto uma questão de conteúdo conceptual quanto o é de uma perspectiva conceptual, especificamente perfil(amento) e subjetividade. Conforme apresentado na Figura 5(a), uma expressão como *identified to us* ou *known to us* e *near me* perfilam a relação de ancoragem (R_g): é uma relação atemporal, (participial e/ou

preposicional) cujo marco é uma faceta do *ground*, e cujo trajector é uma entidade ancorada. Note em especial que G é codificado explicitamente como o participante relacional central, portanto é saliente e construído objetivamente. Representada na Figura 5(b) está a predicação de ancoragem correspondente, tal como *o/a(s)* ou *este/esta/isto*. Vamos assumir (embora apenas para fins de discussão) que 5(a) e 5(b) incorporem precisamente o mesmo conteúdo conceptual. Ainda assim, o perfil(amento) alternativo que eles impõem à base comum constitui uma distinção semântica que envolve sua associação a diferentes classes gramaticais. A expressão de ancoragem é nominal e não relacional porque seu perfil é limitado à entidade ancorada, uma coisa (R_g) se mantém não-perfilada, enquanto G se mantém fora de cena e não-saliente. De igual modo, a Figura 5(c) representa a predicação de ancoragem para uma sentença finita, por exemplo um marcador de pretérito. Aqui, a entidade perfilada é um processo esquemático, que na construção é especificada pela forma verbal flexionada:

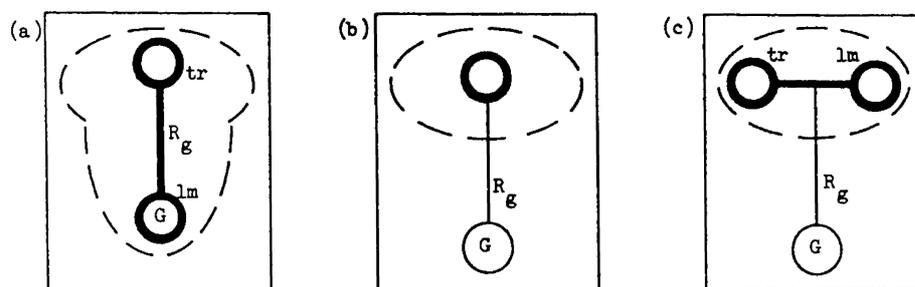


Figura 5

A flexão de tempo verbal em si, é portanto, uma categoria verbal abstrata (assim como *o/a(s)* ou *este/esta/isto* são categorias nominais abstratas), enquanto uma expressão como *antes de agora* ou *anterior ao tempo de fala* designa R_g e é atemporal em vez de processual.

Uma propriedade essencial das predicações de ancoragem é que G está necessariamente implícito apesar de seu papel crucial como ponto de referência. Por exemplo, não há uma maneira de especificar de forma direta o marco dos artigos *o/a(s)* ou dos demonstrativos *este/esta/isto*: expressões como *the us village* ou *(the) village this me* são decididamente malformadas (até mesmo não-interpretáveis). Naturalmente que é possível especificar o marco indiretamente, como em *the village identified to us* ou *the village near me*. Entretanto, tais perífrases meramente corroboram o contraste sendo realizado, já que reside nas próprias relações atemporais com as quais as predicações de ancoragem estão sendo comparadas. O fato de que essas últimas em si não permitam referências explícitas ao *ground* pode ser tomado como um indicativo de uma perspectivização conceptual altamente subjetiva. Ademais, se supormos que G é construído com um alto grau de subjetividade, o perfil(amento) especial característico de um elemento de ancoragem resulta em uma consequência automática. Lembre-se que o perfilamento da predicação é, por definição, o ponto focal dentro do escopo imediato (a região em cena). Da mesma forma, o trajector e o marco primário são focos duplos em uma predicação relacional, portanto facetas integrais da relação perfilada. Porém, tal papel é incompatível com a alta subjetividade: se G está fora de cena e é altamente subjetivo, ele não pode simultaneamente estar em cena ancorando uma relação (R_g) com a proeminência e a objetividade implicadas pelo perfil(amento). O perfil(amento), então, está restrito à entidade ancorada. Uma predicação de ancoragem não designa G nem R_g , embora eles sejam vitais para o seu valor.

3. A natureza da subjetificação

Após examinar a natureza da subjetividade e estabelecer sua importância linguística, vamos explorá-la sob um ponto de vista diacrônico. Nossa principal argumentação é que a *subjetificação* representa um tipo comum de mudança semântica e que geralmente figura no processo de *gramaticalização* por meio do qual “elementos gramaticais” desenvolvem-se a partir de fontes “lexicais”. Naturalmente, um princípio fundamental da Gramática Cognitiva é que todas as unidades gramaticais apresentam uma carga/valor conceptual, de modo que léxico e gramática, somente de forma arbitrária, formam um contínuo divisível em “componentes” separados. Assim, quando um elemento torna-se gramaticalizado, ele move-se ao longo desse contínuo ao invés de passar de um componente discreto para outro e sofre mudança de significado ao invés de tornar-se sem sentido. Todavia, essa mudança geralmente envolve algum tipo de *atenuação semântica* (ou “desbotamento”, termo cunhado por Givón) a qual tende a ser acompanhada, de modo icônico, por redução fonológica (por exemplo, a partir de uma forma independente para um pronome clítico, afixo ou flexão). Essas mudanças semânticas e fonológicas são concomitantes à convencionalização da expressão como um membro de um conjunto relativamente pequeno de elementos contrastivos usados de forma sistemática para um propósito estrutural específico.

Nos últimos anos, considerável progresso tem sido feito a favor da compreensão da atenuação semântica inerente à gramaticalização. Podemos notar uma série de fatores recorrentes, os quais não são mutuamente exclusivos, tampouco nitidamente distintos. Um componente frequente da gramaticalização (e da mudança semântica em geral) é a transferência de um domínio “concreto” para um domínio abstrato (cf. SWEESTER, 1984, 1987; TRAUGOTT e DASHER, 1987). Além disso, um marcador gramatical geralmente é bastante esquemático, sua evolução marcada pela perda de especificidade que resulta na sua aplicação para uma gama mais ampla de contextos (BYBEE, 1988; BYBEE e PAGLIUCA, 1985). Além disso, a gramaticalização aparentemente preserva a estrutura de esquema imagético e presumivelmente é restringida pela natureza “topológica” ou “relativista” dos significados gramaticais (SWEETSER, 1988; TALMY, 1988b). Finalmente, os elementos gramaticalizados frequentemente mudam de significados “proposicionais” para “textuais”, ou de descrever uma situação externa para refletir aspectos avaliativos, perceptuais ou cognitivos da “situação interna” (TRAUGOTT 1982, 1986, 1988). Este último fator contribui para a *subjetificação*, em uma interpretação ampla desse termo. Nosso objetivo aqui é mostrar que pelo menos alguns exemplos de gramaticalização envolvem a subjetificação no sentido estrito, ou seja, um aumento de subjetividade conforme definido anteriormente.

A subjetificação nesse sentido restrito é representada de forma abstrata na Figura 6. Seu ponto de partida, representado à esquerda, é o arranjo canônico em que uma relação externa, denominada XY, é construída objetivamente pelo falante e pelo ouvinte. Essa relação não invoca especificamente o *ground* como participante ou ponto de referência; em tais casos, iremos dizer que ela se dá ao longo do *eixo objetivo*:

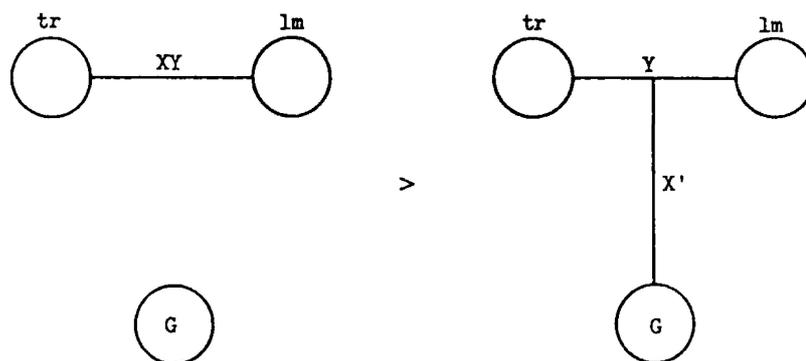


Figura 6

O falante e o ouvinte têm, naturalmente, um envolvimento subjetivo, pois podem conceber a cena mesmo que não façam parte dela. Essa *relação de perspectiva conceptual* entre os conceptualizadores e o objeto da concepção é pensada de forma útil como estando organizada ao longo de um *eixo subjetivo*, que vai de G à entidade perfilada em cena e, portanto, se posiciona de modo ortogonal ao eixo objetivo. A subjetificação pode agora ser caracterizada como *o realinhamento de alguma relação do eixo objetivo para o eixo subjetivo*. Na Figura 6, a relação assim realinhada é X, uma faceta ou componente de XY.³ Isso resulta na configuração apresentada à direita: em vez de X, envolvendo participantes construídos de forma objetiva, encontramos uma relação análoga, X', que se mantém entre a situação objetiva e algum aspecto do ground.

4. Exemplos espaciais

Para esclarecer essas noções, vamos primeiro considerar um exemplo típico. A preposição *across* (através) possui uma série de sentidos estabelecidos, dois deles são ilustrados em (1) e estão representados na Figura 7:

- (1) a. Vanessa jumped across the table.
- b. Vanessa is sitting across the table from Veronica.

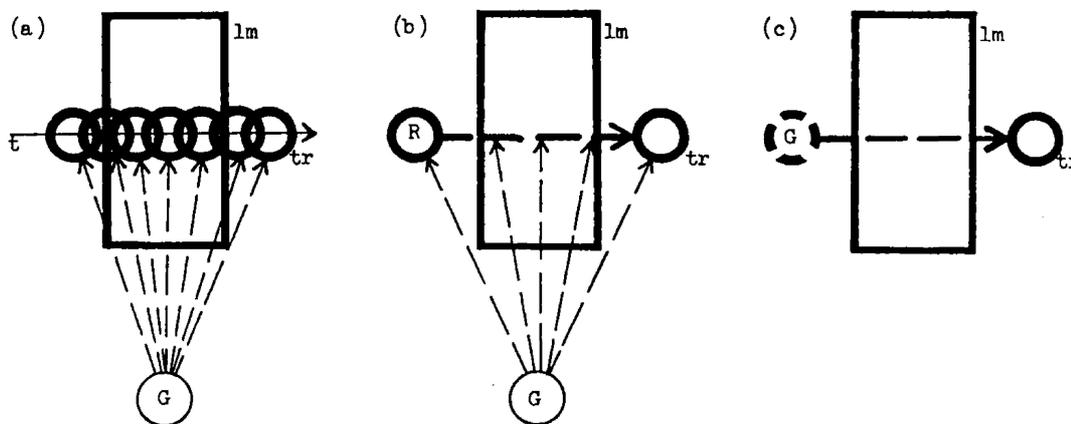


Figura 7

No exemplo (1)a, a preposição *across* designa uma relação atemporal complexa, ou seja, uma sequência de configurações locativas que envolvem os mesmos trajetor e marco.

Ao longo do tempo, representado na Figura 7(a) por uma seta contínua denominada *t*, o trajetor ocupa uma série contínua de posições em relação ao marco que se encontra estático, definindo, assim, uma trajetória de um lado do marco para o outro. Esse sentido de *across* não invoca o *ground* de forma alguma: a relação perfilada reside por completo no eixo objetivo, enquanto que o *ground* está fora de cena e externo ao escopo de predicação. O papel do falante/ouvinte é maximamente subjetivo, estando limitado àquele de conceptualizador na relação de construto/construal/perspectivação conceptual. As setas tracejadas representam a faceta central dessa perspectivação, isto é, a concepção da localização sequencial do trajetor em diferentes posições ao longo da trajetória espacial.

No exemplo (1)b, a preposição *across* perfila uma *relação atemporal simples*, isto é, consiste apenas em uma configuração (não uma série) e pode ser totalmente instanciada em um determinado ponto no tempo (embora a sentença como um todo atribua a essa preposição uma duração temporal coextensiva com o escopo imediato da predicação). Ilustrado na Figura 7(b), esse segundo sentido de *across* representa uma *subjetificação* em relação ao primeiro. A comparação entre os dois diagramas revela que, em relação ao trajetor e ao marco propriamente ditos, a *única* relação de localização no exemplo 7(b) é idêntica à *final* na sequência ordenada de 7(a). Essa relação compartilhada corresponde a Y na Figura 6: essa é a porção da estrutura original objetiva que é deixada para trás quando o elemento remanescente (X na Figura 6) é realinhado do eixo objetivo para o subjetivo. A porção que sofre realinhamento é a concepção do trajetor, que segue uma trajetória espacial para chegar até esse ponto. Apesar de o exemplo 7(b) não retratar o trajetor movimentando-se de forma alguma, o esquema envolve uma noção de trajetória que diz respeito a como a posição do trajetor é caracterizada. A preposição *across* (“através”) especifica que o trajetor se encontra do lado oposto ao marco a partir do ponto de referência R, que no exemplo 1(b) é equacionado a Verônica. O uso da preposição *from* (“a partir de”) indica que Verônica é concebida como a origem de uma trajetória, cujo término é claramente o movimento físico que o trajetor faria ao longo dessa trajetória, desde a localização de Verônica até a de Vanessa, seguindo a mesma trajetória do trajetor móvel do exemplo 7(a). No entanto, ninguém se move nos casos (1)b/7(b) – ao menos não de maneira objetiva. O único “movimento” ao longo dessa trajetória é *subjetivo* e reside no conceptualizador que o percorre mentalmente a fim de localizar o trajetor em relação ao ponto de referência. Esse escaneamento mental é a manifestação da relação realinhada ao longo do eixo subjetivo, e, assim, corresponde a X’ na Figura 6. Embora análogo ao movimento objetivo dos casos 1(a)/7(a), ele é subjetivo, porque apenas surge como parte do processo de conceptualização.⁴ A supracitada instância de subjetificação representa uma categoria geral caracterizada pela seguinte propriedade central: *o movimento espacial por parte de um participante objetivamente construído é substituído por um movimento subjetivo (escaneamento mental) por parte do conceptualizador*. Deixe-nos apenas mencionar rapidamente a variedade de verbos em inglês que sofreram uma extensão dessa natureza:

- (2) a. The balloon {rose/fell/ascended/descended} rapidly.
- b. The hiker {went/ran/climbed} up the hill.
- (3) a. Beyond the 2000 meter level, the trail {rises/falls/ascends/descends} quite steeply.

- b. The new highway {goes/runs/climbs} from the valley floor to the senator's mountain lodge.

Enquanto o sujeito em (2), em cada um dos casos, move-se ao longo de uma trajetória espacial, as sentenças em (3) descrevem configurações estáticas nas quais um sujeito espacialmente expandido ocupa simultaneamente cada ponto ao longo dessa trajetória. A direcionalidade inerente a essas últimas expressões e o sentido de “movimento” que elas motivam podem ser atribuídas somente ao movimento subjetivo por parte do conceptualizador, que traça um percurso mental ao escaneá-lo em uma direção específica ao longo da expansão do sujeito.

Embora esses exemplos mereçam uma discussão mais profunda, para os propósitos aqui presentes faz-se mais relevante chamar atenção para duas características adicionais compartilhadas pelas extensões em (1) e nem (2)-(3). Em primeiro lugar, quando a concepção de movimento é realinhada do eixo objetivo ao subjetivo, a situação objetiva que permanece constitui uma configuração estática e única. As sentenças resultantes são, portanto, *imperfectivas*, isto é, elas seguem uma continuidade ao longo do tempo de uma relação estável, ainda que suas contrapartes objetivas recortem uma mudança ao longo tempo e são, portanto, *perfectivas* (ver LANGACKER, 1987a). Em segundo lugar, a subjetificação, em si, não afeta a escolha do trajetor e do marco primário. Por exemplo, a mesma entidade funciona como trajetor na Figura 7(a), na qual se move, e em 7 (b), em que está imóvel. Da mesma forma, a entidade objetiva que ocupa todos os pontos ao longo da trajetória espacial é escolhida como o sujeito (trajetor causal) em (2) e em (3), apesar de estar imóvel no último. Isso não constitui um problema no presente estudo mas, na verdade, é previsível. Não é um problema porque as noções de *trajetor* e de *marco* são caracterizadas em termos de proeminência (organização em figura e fundo) ao invés de papéis semânticos específicos (em particular, o trajetor não precisa ser um elemento que se move). É previsível porque a especial proeminência do trajetor e do marco primário é incompatível com subjetividade. Consequentemente, o conceptualizador não pode herdar o status de trajetor (figura) quando se torna o elemento que move subjetivamente.

Um segundo tipo básico de subjetificação é exemplificado pelo seguinte contraste:

- (4) a. Vanessa is sitting across the table from me.
b. Vanessa is sitting across the table.

A sentença (4)a é diretamente análoga à (1)b, tendo como única diferença a identificação do ponto de referência como o falante (*me* em vez de *Verônica*). Quanto à sentença (4)b, nós nos preocuparemos apenas com a interpretação padrão, na qual o falante também é tomado como ponto de referência. Já os princípios da Gramática Cognitiva predizem um contraste semântico entre (4)a e (4)b, mesmo que descrevam precisamente a mesma configuração espacial. Argumentamos em outro texto (LANGACKER, 1985) que a distinção formal entre referências explícitas e implícitas ao *ground* (como em *from me* versus *zero*), reflete iconicamente se a construção se dá com maior ou menor grau de objetividade. Assim, (4)a sugere uma perspectiva imparcial, na qual o falante trata sua própria participação como estando alinhada à de outra pessoa; enquanto (4)b se aproxima mais da descrição da cena como o falante realmente a vê. Por esta razão, (5)a é consideravelmente mais natural que (5)b:

- (5)a. Look! My picture's in the paper! And Vanessa is sitting across the table from me!

b. ? Look! My picture's in the paper! And Vanessa is sitting across the table!

Examinar uma imagem de si mesmo envolve uma autoperspectivação conceptual que tem alto grau de objetividade, pois implica literalmente um ponto de vantagem externo. Isso é consistente com a objetividade exibida pela autorreferência explícita do falante na segunda sentença em (5)a, mas incoerente com a subjetividade sinalizada pela falta de tal referência em (5)b⁵.

À preposição *across* em (4)a pode ser atribuído o mesmo valor existente em (1)b, conforme representado na figura 7(b). Com base em uma autorreferência explícita (*from me*), o falante coloca-se em cena como um participante objetivamente construído (R). Isso pode significar o falante “dar um passo para trás” e se ver a partir de uma perspectiva externa (em conformidade com a não-coincidência entre G e R em 7(b)); no máximo isso envolve um arranjo de visão egocêntrica em que a região OS se expande para englobar o *ground* (cf. Figura 5(a)). Por outro lado, (4)b invoca um sentido distinto de *across*, no qual o ponto de referência é especificamente associado a G (ou a posição do falante em particular). Representado na Figura 7(c), esse último sentido acrescenta outro grau ou tipo de subjetificação àquele já observado na relação entre as Figuras 7(a) e 7(b). Esse segundo tipo de subjetificação ocorre quando o ponto de referência originalmente objetivo vem a ser identificado com uma faceta do *ground* que retém sua perspectivação conceptual subjetiva. Consequentemente, o ponto de referência é denominado G na Figura 7(c). Além disso, o círculo que o representa é esquematizado com um contorno contínuo para indicar uma certa medida de subjetividade: na posição em que a cena é vista, G em si está no limite da região OS (não o foco da observação) ou talvez esteja totalmente fora de cena (cf. Figura 3(b)).

A coordenação desses dois tipos de subjetificação constitui um padrão produtivo de extensão semântica para preposições envolvendo trajetória em inglês. Em outras palavras, muitas preposições têm um conjunto de sentidos estabelecidos, análogos aos de *across* representados nas Figuras 7(a) e (c): um sentido que descreve o movimento espacial, objetivamente construído; e um segundo sentido em que (i) o movimento espacial é substituído pelo movimento subjetivo, ou seja, o escaneamento mental ao longo de uma trajetória que parte de um ponto de referência para a localização estática do trajector; e (ii) esse ponto de referência é identificado com o *ground*, subjetivamente construído. Os exemplos seguintes são bem conhecidos:

- (6) a. They hiked over that hill.
b. The village is just over that hill.
- (7) a. She drove through the tunnel.
b. The guardhouse is through the tunnel.
- (8) a. We strolled past the pet shop.
b. The camera store is well past the pet shop.

O mesmo tipo de extensão ocorre com expressões complexas formadas pela justaposição de dois ou mais sintagmas preposicionais:

- (9) a. Fred walked through the yard, over the bridge, (and) across the field.
b. The outhouse is through the yard, over the bridge, (and) across the field.

Claramente, então, o padrão é aplicável a um conjunto infinito de novas expressões envolvendo trajetória.

5. O sentido de futuro do verbo “go”

Outra instância desse tipo é a evolução frequente do verbo de movimento, “go” (“ir”) em particular, para marcadores de futuro que exibem graus variados de gramaticalização (cf. GIVÓN, 1973; ULTAN, 1978; LANGACKER, 1986a; BYBEE E PAGILUCA, 1987). Considere este exemplo do francês (e sua tradução para o inglês):

(1) *Elle va fermer la porte.*

‘She is going to close the door.’

Uma sentença desse tipo é ambígua. Em uma leitura, ela descreve um movimento objetivamente construído pelo sujeito ao longo de uma trajetória espacial, no final da qual o sujeito inicia alguma atividade. Esse sentido é representado na figura 8(a), em que a seta ondulada indica o processo então iniciado. Assim como meta do movimento do trajetor, esse processo caracterizado de forma esquemática é um marco relacional de “go”, a natureza exata desse processo é revelada pelo complemento da oração infinitiva que o acompanha. Complementarmente, (1) possui uma leitura de futuro na qual o sujeito não é especificamente retratado como se estivesse atravessando algum caminho espacial -ele pode já ter chegado à porta, por exemplo, ou pode fechá-la com o controle remoto. Embora não se possa negar que o sujeito se move, a sentença em si, não indica isso.

Como esse sentido de futuro do verbo *go* deriva do sentido espacial original? Pode-se sugerir que ele constitua uma extensão metafórica partindo do domínio espacial para o temporal: em vez de se movimentar espacialmente a fim de iniciar o processo infinitivo, o sujeito move-se temporalmente.

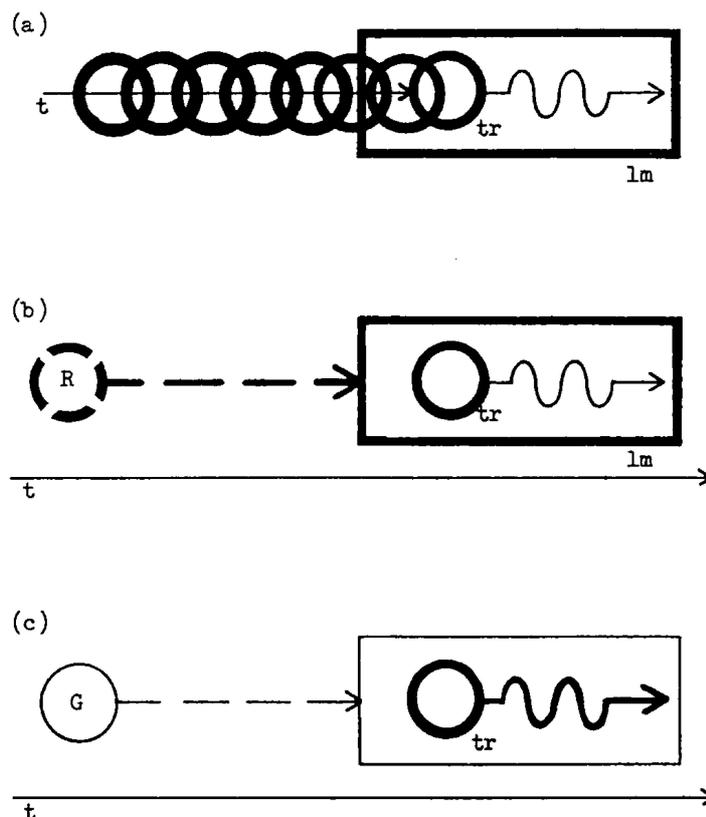


Figura 8

De fato, parece evidente que a noção de trajetória recebe uma interpretação temporal. No entanto, essa transferência de espaço para tempo não pode ser a única mudança ocorrida. Observe, por exemplo, que, com a interpretação espacial, o sujeito necessariamente tem a intenção de realizar o processo sinalizado pelo verbo no infinitivo. Todavia, a leitura temporal não traz essa implicação - em vez disso, encontramos uma concepção generalizada de iminência ou previsibilidade, de modo que o *falante* (em oposição ao *sujeito*) prevê a ocorrência do evento. Uma sentença como (2) poderia, portanto, ser proferida por um sismólogo testando uma teoria preditiva ou por qualquer falante disposto a assumir um ar de premonição, mas isso não implica que o terremoto se move através do tempo com intenção destrutiva:

- (2) *Un tremblement de terre va détruire cette ville.*
 ‘An earthquake is going to destroy that town.’

Além disso, nesse exemplo, é incoerente analisar o sujeito como se ele estivesse se movendo ao longo de uma trajetória temporal, no final da qual ele inicia o processo sinalizado pelo verbo no infinito. Para todos os efeitos, o terremoto é coextensivo a esse processo. Certamente, seu período de existência não é construído como se estendendo do momento de fala até o tempo futuro em que a destruição ocorre.

Essas considerações apontam para a *subjetificação* como um fator primordial na extensão do verbo *go* de seu sentido espacial para marcador de futuro. Na verdade, essa

extensão é diretamente análoga à representada na Figura 7, exceto pelo fato de que os dois avanços em termos de subjetificação (do caso em 7(a) para 7(b) e de 7(b) para 7(c)) são acompanhados pela transferência do domínio espacial para o temporal. O efeito dessas modificações pode ser observado ao compararmos as Figuras 8(a) e 8(b). Nesta última, não é o sujeito que percorre a trajetória – o sujeito apenas cumpre o processo sinalizado pelo verbo no infinitivo; ao contrário, é o falante/conceptualizador que realiza a trajetória mentalmente a fim de situar o processo em relação a um ponto de referência. Além disso, esse escaneamento ocorre temporalmente (t) em vez de espacialmente e se alinha com o fluxo de tempo. Assim, o processo sinalizado pelo verbo no infinitivo é subsequente ao ponto de referência (isto é, localiza-se, em uma sequência temporal, posteriormente a R). Finalmente, há uma forte tendência para que o ponto de referência seja equacionado ao momento de fala. Isso acontece especialmente em francês, em que o verbo *aller* (ir) só pode assumir seu valor de futuro quando flexionado no tempo presente (de forma que R=G) ou no imperfeito, respectivamente ilustrados em (1) e (3)a:

- 3) a. *Elle allait fermer la porte.*
‘She was going to close the door.’
b. *Elle ira fermer la porte.*
‘She will be going to close the door.’

A construção em inglês *gonna* é mais flexível, o que podemos tomar como indicativo de um menor grau de gramaticalização. Por exemplo, a glosa em inglês em (3)b permite de fato uma leitura da iminência futura (por menor que seja), ao passo que o exemplo em francês só pode ser interpretado como uma descrição do movimento futuro.

Desse modo, a Figura 8(b) representa um estágio específico no processo de desenvolvimento pelo qual um verbo que significa *go* se gramaticaliza para se tornar um marcador de tempo futuro. É importante ressaltar que um verbo nesse estágio ainda não é um marcador de tempo verbal da mesma forma que o *-(e)d* no inglês ou o futuro flexionado do francês (por exemplo, *-a* em (3) b) – isto é, ainda não é uma predicação de ancoragem que necessariamente toma G como seu ponto de referência, e constitui o passo final em critérios para se formar uma oração finita. Note que *aller* em francês e *be going to* em inglês são eles próprios flexionados e permitem um ponto de referência diferente de G. Apesar de seu valor futuro, eles são verbos finitos e flexionados que funcionam como núcleos da oração, sendo o evento futuro codificado por um complemento infinitivo. O que eles perfilam? Não o evento futuro, mas sim a relação estabelecida pelas linhas contínuas na Figura 8(b): eles designam a continuação através do tempo da configuração (localmente) estável na qual o evento marco (expresso pelo complemento infinitivo) reside em um ponto posterior na escala temporal em relação ao ponto de referência, conforme avaliado pelo escaneamento mental do falante. Portanto, esses verbos são imperfectivos, o que já vimos ser uma consequência do tipo de subjetificação por meio do qual eles surgem. Vimos também que a subjetificação pode ocorrer sem afetar a atribuição de trajetor/marco. Observe que as mesmas entidades funcionam como trajetor e marco, na Figura 8(a) com sentido de movimento e na Figura 8(b) com o sentido de futuro. Portanto, assumindo-se que a mesma expressão nominal seja o sujeito de *go* na interpretação de movimento ou de futuro, não se pode concluir que o último o construa como aquele que move. Diríamos, em vez disso, que o sentido futuro de *go* perfila a relação na qual a participação do trajetor no processo marco se dá no final de uma trajetória temporal a qual se situa posteriormente a R.

O verdadeiro marcador temporal de futuro tem o seu valor representado na Figura 8(c). Lembre-se de que a predicação de ancoragem perfila entidade ancorada em vez da relação de ancoragem. Desta forma, é o evento posterior - um processo esquemático - que é perfilado em 8(c), e não sua relação de posterioridade temporal com o ponto de referência (cf. Figura 5(c)). Além disso, em uma predicação de ancoragem, o ponto de referência é especificamente equacionado com o *ground* e construído com um alto grau de subjetividade. A evolução que ocorre de 8(b) para 8(c), isto é, de um futuro com *go* para um marcador de tempo verbal no sentido estrito, envolve, então, dois tipos de subjetificação. Já consideramos o primeiro tipo, no qual um ponto de referência originalmente objetivo vem a ser identificado com o *ground*. Em larga medida, R e G são equacionados mesmo em um futuro com *go*, como podemos notar acima; sua identificação é concluída em um desenvolvimento posterior que produz uma predicação de ancoragem. O segundo tipo de subjetificação é o seguinte: *quando G recebe uma perspectivação conceptual altamente subjetiva, a relação que a invoca como ponto de referência perde seu perfil(amento) para se tornar uma faceta não perfilada da base*. O perfil(amento) implica um grau significativo de subjetividade, e se G participa de uma relação perfilada, deve, ao menos, estar em ou próximo da periferia da região em cena. Assim, de acordo com que G sai de cena, sua perspectivação conceptual se torna cada vez mais subjetiva, de modo que a relação que ele ancora também deve ser considerada fora de cena e, portanto, excluída do perfil(amento). É exatamente por esse motivo que uma predicação de ancoragem falha ao designar a relação de ancoragem, deixando apenas a entidade ancorada em perfil(amento). No caso de um marcador temporal, como no exemplo 8(c), essa entidade é um processo esquemático (que é explicitado em termos mais específicos pelo núcleo da oração).

6. Verbos modais

Esse último tipo de subjetificação pode ser melhor ilustrado pelo contraste entre os verbos modais do inglês que funcionam como predicações de ancoragem e os verbos modais do alemão, que não o fazem. Para colocar os verbos modais do inglês em uma perspectiva adequada, vamos começar com o período (*Old English* e posterior) no qual eles eram verbos plenos cujo sentido básico era puramente objetivo. Sabe-se, por exemplo, que *will* deriva de um verbo que significa *want* e que *may* imputava a seu sujeito a força ou capacidade física para fazer algo e *can* o conhecimento ou habilidade mental necessária. Verbos como esses têm certas propriedades, representadas na Figura 9(a), que os tornam fontes apropriadas para o desenvolvimento de verbos modais. Em primeiro lugar, cada um deles invoca a concepção de um processo associado a ele, que representa aquilo que o sujeito quer ou, de algum modo, é capaz de fazer. Esse processo esquemático é então o marco relacional e é especificado por um complemento infinitivo. Em segundo lugar, o mesmo indivíduo funciona como trajetor tanto do verbo quanto do processo associado a ele; isso é especificado pela linha pontilhada correspondente. Em terceiro lugar, o trajetor (manifestado pelo sujeito) é o locus de algum tipo de *potência* direcionada ao processo marco: uma força física ou mental, que, uma vez liberada, tende a causar sua ocorrência. Essa potência direcionada é representada pela seta dupla. Finalmente, essa seta é desenhada com linhas tracejadas para indicar que a realização do processo marco é *potencial* e não *real*.

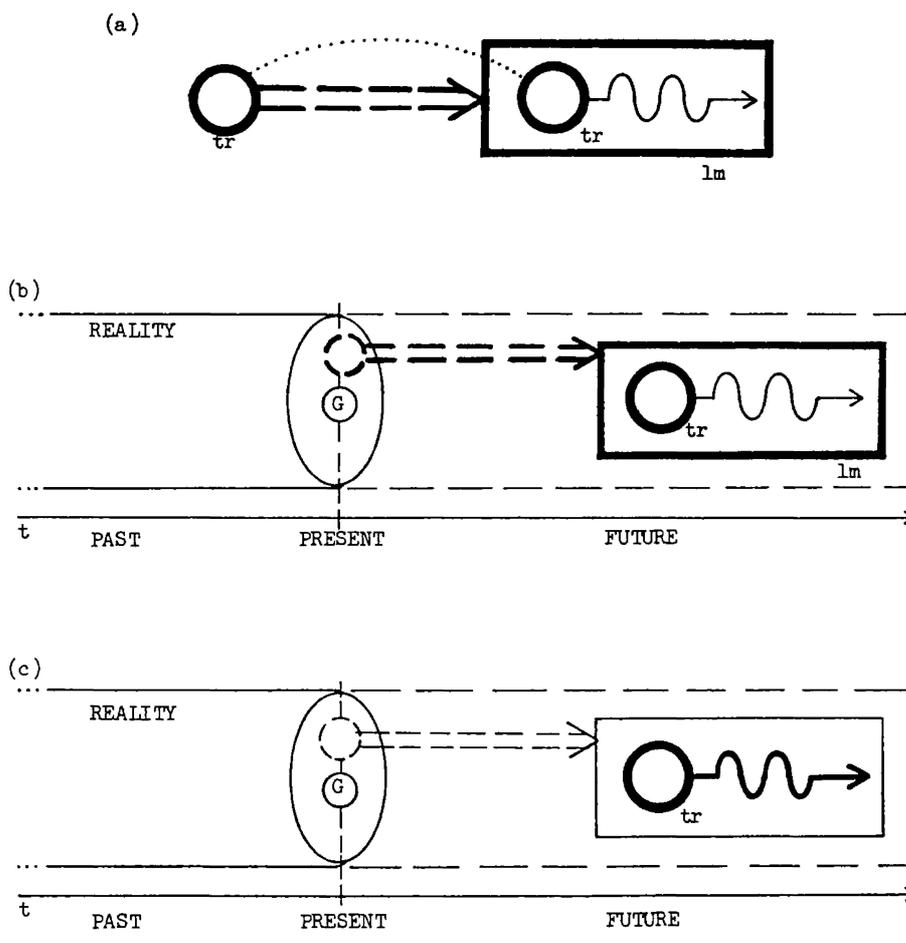


Figura 9

A evolução dos verbos modais do inglês contemporâneo a partir de fontes dessa natureza pode ser vista, principalmente, como uma questão de subjetificação progressiva. O primeiro passo nessa sequência evolutiva ocorre quando a noção de potência direcionada é realinhada do eixo objetivo para o eixo subjetivo. Em especial, o locus dessa potência vem a ser identificado, particularmente, não com o indivíduo o qual realiza o processo marco, mas sim com o falante ou com alguma outra entidade cuja potência o falante está em posição de relatar. Assim, na Figura 9(b), o sujeito objetivamente construído não é mais a fonte de potência, embora ainda seja um trajetor do processo marco. A potência dirigida a esse processo é uma força abstrata, tal como obrigação ou permissão (Cf. TALMY 1988a), e seu locus é alguma faceta da realidade presente conforme avaliada pelo falante. No diagrama, a concepção de passado e ‘realidade presente’ do falante é representada por um cilindro, que deveria ser considerado como “em evolução”, de acordo com que a realidade se desenvolve ao longo do tempo (seguindo uma trajetória potencial a partir de todas as trajetórias concebíveis). A parte frontal do cilindro define o presente, que é, por definição, onde o *ground* está localizado.

Os verbos modais esquematizados na Figura 9(b) são verbos plenos (núcleos da oração) e não predicções de ancoragem. Eles são diretamente análogos ao futuro com *go* no inglês e no francês (Figura 8(b)), em que a relação perfilada é a que conecta o processo marco ao *ground* (ou a um ponto de referência a ele associado - neste caso, alguma outra faceta da

realidade presente). A Figura 9(b) representa, assim, um estágio na evolução dos verbos modais do inglês, no qual eles eram comparáveis aos verbos modais do alemão moderno. Duas propriedades gramaticais básicas indicam que os verbos modais do alemão são, na verdade, verbos plenos e não predicções de ancoragem, que servem para derivar orações finitas. Em primeiro lugar, diferentemente dos verbos modais do inglês, eles permitem flexões verbais cujo efeito específico é tornar um verbo *não-finito*. Assim, todos os verbos modais do alemão têm formas infinitivas: *können* (“ser capaz de”); *sollen* (“dever”); *müssen* (“ter de”); *mögen* (“gostar de”); *wollen* (“querer”) e *dürfen* (“ter permissão para”). Eles também formam participios passados que ocorrem na construção perfectiva como complementos do verbo “have”: *Ich habe es gemusst* (“tive que fazer isso.”). Em segundo lugar, os próprios verbos modais do alemão aceitam flexões de tempo e de pessoa, as quais poderíamos analisar como predicções de ancoragem: *ich darf* (“eu posso”); *du darfst* (“você pode”); *wir dürfen* (“nós podemos”); *Ich durfte* (“tive permissão para”) etc. Note que, em inglês, os verbos modais não flexionam em pessoa. Isso ocorre porque eles próprios têm uma função de ancoragem: combinam com o “tempo verbal” para formar predicções de ancoragem complexas que se opõem àquelas que marcam pessoa.⁶

Com base na representação da Figura 9(b), os verbos modais do inglês atual se desenvolveram por meio de um processo complementar de subjetificação. A evolução vital é que a concepção de potência direcionada/diretiva perde seu status de perfil(amento), a fonte dessa potência (seja o falante ou alguma outra faceta da realidade presente) está fora de cena e é construída de forma subjetiva. As expressões resultantes são predicções de ancoragem: conforme mostrado na Figura 9(c), elas não mais perfilam a relação de ancoragem (potência direcionada/diretiva), mas apenas o processo ancorado que serve como alvo. Considere o verbo modal *must*, em que a potência equivale a um tipo de necessidade. Embora seja verdade que essa noção de necessidade forneça o *conteúdo* essencial, é somente o processo considerado necessário – o qual o verbo *must* caracteriza de forma apenas esquemática – que o verbo modal de fato *designa*. A natureza do processo designado é especificada de forma detalhada por outros elementos oracionais. O que elabora seu trajetor é uma expressão nominal que é assim identificada como o sujeito oracional (por exemplo, *She must*). O processo geral é equacionado com aquele perfilado pelo núcleo da oração, de modo que na oração “*She must leave*”, por exemplo, o processo considerado necessário é o de partir (*leave*).⁷

Portanto, o contraste entre os verbos modais do alemão e do inglês (Figuras 9(b) e (c)) é diretamente paralelo àquele entre o futuro com *go* e um verdadeiro marcador de tempo verbal de futuro (Figuras 8(b) e (c)). É importante que esse contraste não seja confundido com a distinção comumente traçada entre os sentidos *deôntico* e *epistêmico* dos verbos modais: já que ambos os sentidos são apresentados pelos verbos modais plenos do alemão e também pelos verbos modais de ancoragem do inglês, as duas distinções não podem ser as mesmas. Além disso, alguns dos verbos modais alemães ainda têm usos que refletem a configuração da Figura 9(a), como fazem os verbos *can* e *will* do inglês (embora desconfiemos que estes últimos não mais perfilam a relação de potência). Não é de surpreender que sentidos correspondentes a diferentes graus de subjetificação possam coexistir por longos períodos de tempo.

De que forma, então, a distinção deôntica/epistêmica pode ser caracterizada? Sweetser (1982, 1984) a analisa como sendo uma questão de saber se a potência direcionada (força abstrata) é manifestada na esfera social ou no domínio da razão. Sem discordar, pode-se enxergá-la como dependente do fato de o locus de potência poder ser identificado ou não em um indivíduo particular ou, ao menos, em alguma faceta delimitada da realidade presente. Por

exemplo, falamos do verbo *should* (“dever”) como tendo um sentido deôntico quando a ocorrência prevista do processo marco é construída como uma obrigação imposta pelo falante. O sentido deôntico pode implicar também o falante relatar uma obrigação imposta por alguma outra fonte de autoridade: pode ser outra pessoa, uma entidade abstrata como uma lei, ou até mesmo algo tão difuso quanto normas sociais ou expectativas culturais (por exemplo, *He shouldn't be so callous*). Dessa forma, parece natural analisar um verbo modal epistêmico representando um caso limítrofe, no qual a difusão do locus de potência é levada à sua conclusão final. Nos sentidos que consideramos como epistêmicos, o locus de potência é o extremo oposto de uma fonte de autoridade focalizada e bem delimitada – ao invés disso, ele é identificado de modo holístico como a natureza da evolução da realidade em si. Devido ao fato de o locus ser não diferenciado e abrangente, fatores que se correlacionam de modo inverso com a objetividade, a extensão de um sentido deôntico para um sentido epistêmico constitui um tipo de subjetificação. Além disso, construir o locus dessa forma implica uma mudança para outro tipo de potência, uma vez que a autoridade ou a obrigação social dificilmente pode ser atribuída à realidade como um todo indiferenciado. Em vez disso, a realidade em si – a maneira como as coisas são e como funcionam – é vista como tendo um “força evolutiva” que leva sua evolução futura na direção do processo marco e confere a ele maior ou menor chance de atingir o alvo (cf. *The way things are going, we should finish by noon*).

Os verbos modais epistêmicos apresentam uma marca adicional que aponta ainda para outra camada de subjetificação. Nesse aspecto, temos os seguintes exemplos em (1):

- (1) a. You must be tired.
 b. He may be finished by now.

Observe que eles não dizem respeito à probabilidade de a situação-alvo ocorrer no futuro, mas sim à possibilidade de que ela já ocorra. Esse uso reflete uma mudança no domínio em que a noção de “força” se manifesta: essa concepção é transferida da evolução da *realidade em si* para a evolução do nosso *conhecimento da realidade (presente)*. As sentenças referem-se a uma situação objetiva que já faz ou não parte da realidade atual (*You are tired; He is finished by now*). O que continua sendo uma questão de potencialidade futura é a revelação desse estado de coisas para o falante (e, em segundo lugar, para o ouvinte) – os verbos modais expressam a probabilidade de que, à medida que o conhecimento do falante sobre a realidade atual continua a se expandir, a situação perfilada se provará parte dela. Como a *realidade* é em grande parte externa, enquanto o *conhecimento da realidade* está inteiramente dentro do domínio do conceptualizador, a noção de força evolutiva é interpretada mais subjetivamente quando aplicada à última.

7. Posse e aspecto perfectivo

Consideremos apenas mais um exemplo, a evolução dos verbos possessivos e sua eventual gramaticalização como marcadores do aspecto perfectivo. Sabe-se que a fonte típica para tal verbo é aquela que descreve uma relação de controle físico direto (por exemplo, *agarrar, segurar e manter*). Verbos dessa natureza envolvem a configuração esboçada na Figura 10(a), onde a seta dupla representa a transmissão de energia do sujeito (tr) para o objeto (lm). Aqui, à medida que o verbo genérico de posse se desenvolve a partir dessa

origem, a noção de transferência de energia física torna-se cada vez mais atenuada. Por exemplo, a pessoa que possui um objeto, não necessariamente o sustenta ou tem qualquer outro tipo de contato físico: eu de fato *tenho uma pá*, mas agora não a estou usando ou tocando; e se eu *tenho uma barra de ouro*, provavelmente a guardarei em um cofre e nunca a tocarei.

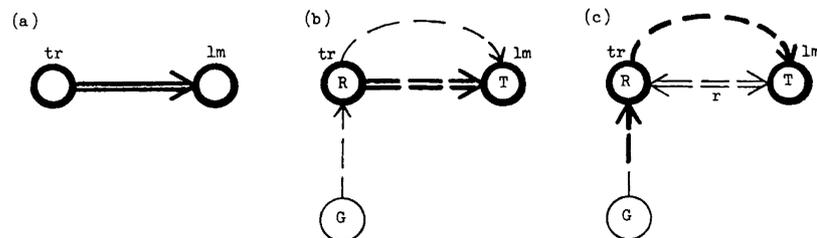


Figura 10

Uma vez que a transferência de energia implicada pela posse desse tipo não representa qualquer *instância real*, mas é somente *potencial* (ou, na melhor das hipóteses, habitual), a seta na Figura 10(b) é representada com linhas tracejadas (em vez de contínuas). Existe um grau maior de atenuação quando a noção de transmissão de energia é generalizada e interpretada de maneira abstrata como aplicável a qualquer tipo de controle ou de acesso. Se *tenho 10 ações de grandes empresas*, eu recebo a renda que elas geram e disponho delas como quiser, mesmo que eu possa nunca interagir com elas de algum modo físico. Da mesma forma, *tenho certos direitos, privilégios e prerrogativas* que posso exercer como quiser; embora isso possa acarretar consequências físicas, é apenas num sentido abstrato que se pode dizer que interagimos com essas entidades em si. Um equivalente não físico de transmissão de energia pode predominar mesmo com a posse de um objeto concreto. Se *tenho uma pintura de Miró*, por exemplo, o controle físico pode ser muito menos importante do que o acesso visual que ela proporciona.

Os usos possessivos considerados até agora, envolvem, todos, propriedade, seja no sentido básico ou metafórico do termo. As locuções possessivas são, naturalmente, empregadas de muitas outras maneiras, nem todas evidentemente suscetíveis a tal descrição. O uso dessas locuções com expressões de partes do corpo e relações de parentesco é universal e aparentemente fundamental: embora tal posse não implique um certo tipo de *potência* (nós controlamos nosso corpo fisicamente; as obrigações inerentes ao parentesco nos proporcionam um grau de controle social). Duvidamos muito que possamos entender essas relações metafóricamente em termos de propriedade. Em outros exemplos, o possuidor não parece manifestar *qualquer* tipo de potência em face da entidade possuída:

- (1) a. Sam has a wart on his elbow.
- b. That theory has many serious problems.
- c. We have a lot of coyotes around here.

Tais considerações nos levaram à hipótese de que a categoria linguística de posse possui uma base abstrata (isto é, uma caracterização esquemática aplicável a todos os membros da classe) no tocante a quais relações de propriedade parte/todo, e quais relações de parentesco constituem casos especiais e prototípicos. O que todos os possessivos compartilham, acreditamos, é o fato de que uma entidade (o “possuidor”) é usada como um *ponto de*

referência (R) a fim de estabelecer *contato mental* com outro, o alvo (T). A razão pela qual as relações de propriedade parte/todo, e as relações de parentesco são prototípicas para os possessivos é que eles são centrais para nossa experiência e servem muito bem para a função de ponto de referência. Na natureza da experiência humana, as pessoas são muito mais prováveis de serem conhecidas individualmente do que por suas posses e são, portanto, mais prontamente construídas como pontos de referência do que como alvos na concepção de suas relações (*O mendigo tem uma xícara; ??A xícara tem um mendigo*). De forma similar, uma parte é caracterizada em relação a um todo mais amplo, que geralmente tem uma saliência cognitiva maior e é escolhido como ponto de referência de forma bem natural (*A mulher tem pernas longas; ??As pernas longas têm uma mulher*). E em termos de parentesco, o possuidor (ego) é um ponto de referência praticamente por definição.

As setas tracejadas simples na Figura 10 (b) representam o percurso mental pelo qual os participantes do ato de fala estabelecem contato mental com o alvo. Sugerimos que todos os possessivos envolvem essa função de ponto de referência, muito embora ela seja comumente ofuscada por noções mais objetivas com maior conteúdo conceptual (por exemplo, propriedade). No entanto, certos usos possessivos apresentam muito pouco vestígio de tais noções, caso em que a relação de ponto de referência torna-se saliente por comparação e pode assumir o status de perfil(amento) relacional. Considere (1)c, ligeiramente esboçado na Figura 10(c). O sujeito (*nós*) serve primordialmente como ponto de referência para estabelecer uma área geográfica específica (*por aqui*) como a região dentro da qual o alvo (*muitos coiotes*) está localizado. Seria muito forte afirmar que o papel do trajector do verbo *ter* nessa construção é *exclusivamente* o de um ponto de referência – também mostrado por (1)c está a ideia de que a presença de coiotes é potencialmente *relevante* para o trajector (por exemplo, poderíamos muito bem vê-los ou então interagir com eles). Ainda assim, essa noção de relevância potencial parece decididamente secundária.⁹ Ela é, portanto, apresentada como não perfilada na Figura 10(c), sendo representada por uma seta tracejada dupla denominada r.

A extensão que parte da representação da Figura 10(b) para a da Figura 10(c) pode ser considerada como um tipo de subjetificação, no sentido de que a proeminência característica do perfil(amento) passa de uma relação objetiva de controle, acesso ou potência para uma relação de ponto de referência baseada no fenômeno subjetivo do conceptualizador estabelecendo contato mental com o alvo. Uma mudança precisamente análoga figura na evolução do verbo *have* para um marcador de aspecto perfectivo. Nesse caso, porém, o sentido relevante de *have* é aquele em que o alvo não é uma coisa, mas sim um processo construído de modo atemporal e expresso por um complemento de participio passado. O ponto de partida hipotético é, desta forma, uma expressão como *He has finished* que é a mesma em forma que a construção do inglês moderno, embora diferente no significado. Especificamente, o precursor da forma perfectiva *have* é tomado como tendo perfilado uma relação de relevância ou potência entre o seu trajector (especificado pelo sujeito) e o evento anterior descrito pelo complemento. Nessa interpretação, *He has finished*, indicaria, aproximadamente, que o sujeito está em uma relação de realização frente a seu término, ou que a ocorrência anterior de finalização se mantém relevante para ele.

Essa fonte hipotética está representada na Figura 11(a). O trajector participa de uma relação perfilada de potência ou relevância (r) com relação a um evento temporal anterior que constitui um marco relacional. A linha pontilhada correspondente indica que o trajector da relação perfilada e o do processo marco são o mesmo. A prioridade temporal do marco deveria ser tomada como contribuição semântica da flexão participial. Em todo caso, a construção de fato evoca o tempo (t) como domínio central e assume o trajector – ou mais

precisamente, o tempo no qual o trajetor participa da relação *r* – como um ponto de referência para estabelecer a localização temporal do marco.

O sentido perfectivo de *have* está representado na Figura 11(b). Ele diverge do da Figura 11(a) somente em dois aspectos, cada um dos quais já observamos em outras instâncias de subjetificação. Em primeiro lugar, o trajetor deixa de ser identificado como ponto de referência, embora continue a desempenhar o papel de trajetor do processo marco (cf. Figuras 8-9). O resultado é que o evento marco não é mais considerado relevante para o *sujeito* em particular, mas para *algum outro locus* (R), o qual frequentemente coincide com G.¹⁰ Em segundo lugar, a relação *r* se torna menos saliente, e dessa forma a função do ponto de referência emerge como relação perfilada (cf. Figuras 10(b)-(c)). A forma perfectiva *have*, portanto, perfila a continuação temporal da situação estabelecida na qual a participação do trajetor no processo marco localiza-se em relação a um ponto de referência temporal (a flexão participial do complemento indica que ele precede o ponto de referência). Como um aspecto não perfilado de sua base, a forma perfectiva *have*, ainda especifica que o processo marco tem com R uma relação tradicionalmente descrita como de “relevância atual”.

Uma construção desse tipo é suscetível a um maior grau de subjetificação. Por exemplo, a noção de relevância atual - o último vestígio da relação objetiva original (Figura 10(a)) - é bem tênue e pode desaparecer completamente; com *r* removido da Figura 11(b), tudo o que permanece é a função de ponto de referência da anterioridade temporal. A forma perfectiva francesa de fato evoluiu a esse ponto; assim, o *passé composé* é frequentemente traduzido para o inglês por meio do passado simples: *Il a fini* (“Ele terminou”). Todavia, a forma francesa *avoir* ainda é um verbo flexionado que atua como núcleo de uma oração finita; não é uma predicação de ancoragem, pois designa a relação de anterioridade temporal e não o evento anterior propriamente dito.¹¹ A evolução subsequente para um marcador genuíno de tempo verbal de passado pode naturalmente ser vislumbrado. São necessários dois tipos adicionais de subjetificação já descritos com relação à emergência de outras predicações de ancoragem (cf. Figura 8 (b)-(c) e 9(b)-(c)): a coincidência entre R e G se torna obrigatória; e a relação entre G e o processo marco perde seu perfilamento com a consequência de que só esse processo – a entidade ancorada – é designado. A configuração resultante está representada na Figura 11(c):

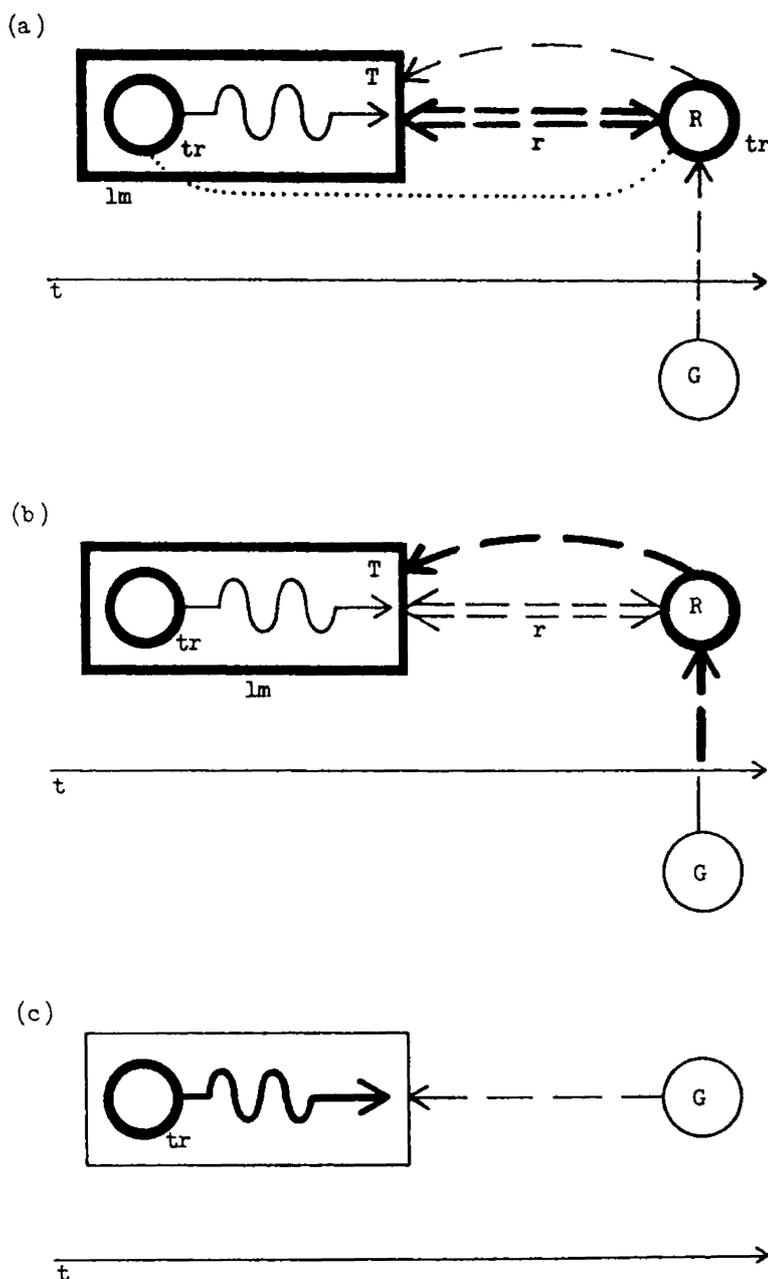


Figura 11

Conclusão

Em todos os três estágios descritos na Figura 11, o trajetor do processo marco é também o trajetor de *have* de forma geral. Como observações análogas se aplicam a todos os exemplos anteriores (Figuras 7-10), podemos fazer a seguinte generalização: *a escolha do*

trajetor e do marco primário (sujeito e objeto) não é alterada pela subjetificação em si, nem pela gramaticalização que resulta em uma predicação de ancoragem. O trajetor e o marco primário (se houver) são construídos objetivamente, e por definição servem como pontos focais na relação perfilada em cena. Portanto, quando uma faceta de uma relação perfilada sofre subjetificação – iniciada com o realinhamento do eixo objetivo para o subjetivo (Figura 6), seguida pela perda de perfil(amento) e (em alguns casos) eventual desaparecimento – o status do trajetor e do marco primário só podem ser conferidos a entidades encontradas dentro daquela porção da relação original que retém sua perspectivação conceptual objetiva. Por exemplo, não há mudança no sujeito já que em *Il va finir* (“Ele vai terminar”) evolui de uma expressão de movimento para um futuro com *go* (Figuras 8(a)-(b)). No entanto, o papel do sujeito se torna, de fato, mais limitado: não é mais o elemento que se move (o movimento objetivo tendo sido substituído pelo movimento subjetivo por parte do falante), o sujeito sendo ativo somente conforme indicado pelo seu papel de trajetor do processo marco. De forma semelhante, o sujeito de um verbo modal deixa de ser o locus da potência diretiva (Figura 9), e o sujeito da forma perfectiva *have* não é o ponto de referência nem o locus de relevância no presente (Figura 11). Em cada caso, o envolvimento ativo do sujeito está restrito a seu papel dentro do processo alvo.

Essa estrutura é perfeitamente coerente com a caracterização, na Gramática Cognitiva, do trajetor como uma *figura* relacional e, portanto, como um tipo de *ponto focal* na cena objetiva (OS).¹² Além disso, ela explica a “transparência” semântica desses verbos gramaticalizados, i.e., o fato de que os verbos modais, o futuro com *go* e o perfectivo *have* ocorrem com qualquer tipo de sujeito. Devido ao fato de a participação real do sujeito ser limitada ao processo marco, ela precisa apenas ser semanticamente compatível com o complemento infinitivo, participial ou verbal que expressa tal processo. Essa transparência foi resolvida na Gramática Gerativo Transformacional a partir da postulação da regra de “alçamento de sujeito a sujeito”. Uma implicação da análise em questão é que essa regra é artificial, pois a transparência é uma consequência inerente a fatores semânticos, incluindo a subjetividade. Embora esteja além do escopo deste trabalho, a distinção clássica entre verbos de “alçamento” e de “controle” deve ser reexaminada nesses termos (cf. Newman, 1981 e Langacker, 1991, cap. 10).

Uma das “tendências semântico-pragmáticas” apontadas por Traugott como sendo característica da gramaticalização é que “os significados tendem a tornar-se cada vez mais situados na crença/atitude subjetiva do sujeito em relação à situação” (1988, p.410). Neste trabalho, tentamos desenvolver essa observação examinando certas instâncias de forma bem detalhada, explícita e precisa. Argumentamos que noções básicas da Gramática Cognitiva fornecem uma explicação coerente – e em certo grau esclarecedora – da evolução e do comportamento gramatical de elementos gramaticalizados. Dentre essas noções estão a *subjetividade* e a *subjetificação*, cujas sutileza e quase inefabilidade não deveriam ser capazes de esconder seu papel central na gramaticalização e no valor semântico das predicções de ancoragem. Uma conclusão mais ampla é que a *perspectiva* assumida em uma cena, uma faceta do que é subjetividade/objetividade com relação ao conceptualizador, representa um fator importante tanto na estrutura semântica quanto na gramatical.

Universidade da Califórnia
San Diego

Notas:

1. Ver, por exemplo, Brugman (1981); Casad & Langacker (1985); Fauconnier (1985); Fillmore (1982); Haiman (1980); Hawkins (1984); Herskovits (1985); Janda (1984); Kemmer (1988); Lakoff & Johnson (1980); Lakoff & Norving (1987); Langacker (1986b, 1988); Lindner (1981, 1982); Maldonado (1988); Poteet (1987); Rice (1987); Rudzka-Ostyn (1988); Smith (1987); Sweetser (1984, 1987); Talmy (1977, 1983, 1985, 1988a, 1988b); Tuggy (1986); Vandeloise (1984, 1985a, 1985b, 1986, 1987).
2. Ver Langacker (1987a, 1987b, Parte II, para uma discussão mais extensa.
3. Como um caso limítrofe, pode ultrapassar XY.
4. Não é inerente à situação objetiva, que alguém poderia muito bem descrever dizendo “*Veronica is sitting across the table from Vanessa*”.
5. O último, entretanto, é aceitável, na medida em que alguém se identifica com a imagem do falante no papel e imagina a experiência desse falante no momento em que a foto foi tirada.
6. O contraste é entre “realidade” e “irrealidade”. Para mais detalhes, ver Langacker (1991, cap.6).
7. A construção que integra a predicação de ancoragem ao núcleo oracional assegura que eles, e a expressão composta resultante, designem todos o mesmo processo. Como consequência, *she* é simultaneamente um trajetor de *must*, de *leave* e de toda a oração.
8. Ver Langacker (1991) para uma discussão mais completa sobre os possessivos e maiores ramificações das noções invocadas para descrevê-los.
9. Observe que *we* não se refere apenas ao falante e ao ouvinte, mas a todas as pessoas na área geográfica (Cf. *They have a lot of armadillos in Texas*). Com o sujeito construído “genericamente”, o locus de experiência e de relevância potencial é altamente difuso, implicando um menor grau de objetividade e saliência.
10. O fator determinante é a natureza da predicação de ancoragem: R = G quando *have* está no tempo presente (por exemplo, *He has finished*), mas não no passado (*He had finished*) ou com um verbo modal construído com um referente ao futuro (*He may have finished by then*).
11. O perfectivo do francês é, portanto, diretamente análogo a um futuro com “*go*” (Figura 8(b)) ou aos verbos modais do alemão (Figura 9(b)).
12. Em outras palavras, esta caracterização esquemática não faz referência a qualquer papel semântico em particular, apenas à organização figura/fundo. Isso não nega que os papéis semânticos são centrais para a descrição da categoria dos protótipos (por exemplo, o *agente* como o sujeito prototípico da sentença).

Referências

- BRUGMAN, Claudia. The Story of *Over*. Berkeley: University of California. Master Thesis, 1981.
- BYBEE, Joan L. Semantic substance vs. Contrast in the Development of Grammatical Meaning. Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society v.14, p.247-264, 1988.
- _____; PAGLIUCA, William. Cross-Linguistic Comparison and the Development of Grammatical Meaning. In Fisiak, Jacek (ed), *Historical Semantics, Historical Word Formation*. Berlin: Mouton, 1985, p. 59-83.

_____. The Evolution of Future Meaning. In RAMAT, Anna Giacalone et al. (eds.) *Papers from the 7th International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987, p. 109-122.

CASAD, Eugene H.; LANGACKER, Ronald W. "Inside" and "Outside" in Cora Grammar. *International Journal of Linguistics*, v.51, p. 247-281, 1985.

FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces: Aspects a Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Massachussets/ London: MIT Press/Bradford, 1985.

FILLMORE, Charles J. Frame Semantics. In: Linguistic Society of Korea (eds.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982, p. 111-137.

GIVÓN, Talmy. The Time-Axis Phernomenon. *Language* v.49, p. 890-925, 1973.

HAIMAN, John. Dictionaries and Encyclopedias. *Língua* v.50, p. 329-357, 1980.

HAWKINS, Bruce W. *The Semantics of English Spatial Prepositions*. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1984.

HERSKOVITS, Annette H. Semantics and Pragmatics of Locative Expressions. *Cognitive Science*, p. 341-378, 1985.

JANDA, Laura A. *A Semantic Analysis of the Russian Verbal Prefixes ZA-, PERE-, DO, OT-*. Los Angeles: University of California. Los Angeles doctoral dissertation, 1984.

JOHNSON, Mark. *The Body in the Mind: The Bodily Basis of Meaning, Imagination, Reason*. Chicago/London. University of Chicago Press, 1987.

KEMMER, Suzanne E. *The Middle Voice: A Typological and Diachronic Study*. Stanford: Stanford University doctoral dissertation, 1988.

KEMPSON, Ruth M. *Semantic Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things: What Categories Reveal the Mind*. Chicago/London: University of Chicago Press, 1987.

_____; JOHNSON, Mark. *Metaphors We Live By*. Chicago/London: University of Chicago, 1980.

_____; NORVIG, Peter. Taking: A Study in Lexical Network Theory. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society* v.13, p. 195-206, 1987.

LANGACKER, Ronald W. The Form and Meaning of the English Auxiliary. *Language* v.54, p. 853-882, 1978.

_____. Observations and Speculations on Subjectivity. In HAIMAN, John (ed.) *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 109-150.

_____. Abstract Motion. *BLS* v.12, p. 455-471, 1986a.

_____. An Introduction to Cognitive Grammar. *Cognitive Science* v.10, p. 1-40, 1986b.

_____. Nouns and Verbs. *Language* v. 63, p. 53-94, 1987a.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 1, Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987b.

_____. A View of Linguistic Semantics. In RUDZKA-OSTYN. 49-90, 1988.

_____. *Foundations of Cognitive Grammar*, vol. 2, Descriptive Application. Stanford: Stanford University Press, 1991.

LINDNER, Susan. A Lexico-Semantic Analysis of English Verb-Particle Constructions with UP and OUT. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1981.

_____. What Goes Up doesn't Necessarily Come Down: The Ins and Outs of Opposites. *Papers from the Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society* v.18, p. 305-323, 1982.

MALDONADO, Ricardo. Energetic Reflexives in Spanish. *BLS* v.14, p. 153-165, 1988.

NEWMAN, John. The Semantics of Raising Constructions. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1984.

PALMER, F. R. *Semantics* (second edition). Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

POTEET, Stephen. Paths Through Different Domains: A Cognitive Grammar Analysis of Mandarin *Dao*. *BLS* v.13, p. 408-421, 1987.

RICE, Sally. Towards a Cognitive Model of Transitivity. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1987.

RUDZKA-OSTYN, Brygida (ed.) *Topics in Cognitive Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988.

SMITH, Mivhael B. The Semantics of Dative and Accusative in German: An Investigation in Cognitive Grammar. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1987.

SWEETSER, Eve E. Root and Epistemic Modals: Causality in Two Worlds. *BLS* v.8, p. 484-507, 1982.

_____. Semantic Structure and Semantic Change: A Cognitive Linguistic Study

of Modality, Perception, Speech Acts, and Logical Relations. Berkeley: University of California doctoral dissertation, 1984.

_____. Metaphorical Models of Thought and Speech: A Comparison of Historical Directions and Metaphorical Mappings in Two Domains. BLS v.13, p. 446-459, 1987.

_____. Grammaticalization and Semantic Bleaching. BLS v.14, p. 389-405, 1988.

TALMY, Leonard. Rubber-Sheet Cognition in Language. CLS v.13, p. 612-628, 1977.

_____. How Language Structures Space. In PICK, Herbert; ACREDOLO, Linda (eds.), *Spatial Orientation: Theory, Research, and Application*. New York: Plenum Press, 1983, p. 225-282.

_____. Lexicalization Patterns: Semantic Structure in Lexical Forms. IN: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language Typology and Syntactic Description*, vol. 3, Grammatical Categories and the Lexicon. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, p. 57-149.

_____. Force Dynamics in Language and Cognition. *Cognitive science* v.12, p.49-100, 1988a.

_____. The Relation of Grammar to Cognition. In RUDZKA-OSTYN, p.165-205, 1988b.

TRAUGOTT, Elizabeth. From Propositional to Textual and Expressive Meanings: Some Seman Pragmatic Aspects of Grammaticalization. In LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov (eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1982, p. 245-271.

_____. From Polysemy to Internal Semantic Reconstruction. BLS v.12, p. 539-5, 1986.

_____. Pragmatic Strengthening and Grammaticalization. BLS v.14, p. 406-416, 1988.

_____; DASHER, Richard. On the Historical Relation between Mental and Speech Act Verbs in and Japanese. In RAMAT, Anna Giacalone et al. (eds.), *Papers from International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1987, p. 561-573.

TUGGY, David. Noun Incorporations in Nahuatl. *Proceedings of the Annual Meeting of the Pacific Linguistics Conference* 2, p. 455-469, 1986.

ULTAN, Russell. The Nature of Future Tenses. In GREENBERG, Joseph H. (ed), *Universals in Human Language*. vol.3, Word Structure. Stanford: Stanford University Press, 1978, p. 83-

123.

VANDELOISE, Claude. Description of Space in French. San Diego: University of California. San Diego doctoral dissertation, 1984.

_____. Au-delà des Descriptions Géométriques et Logiques de L'Espace: Description Fonctionnelle. *Linguisticae Investigationes* v.9, p. 109—129, 1985a.

_____. Les Prépositions Sur/Sous et la Relation Porteur/Porté. *Leuvense Bijdragen* v.74, p. 457-481, 1985b.

_____. *L'Espace en Français*. Paris: Editions du Seuil, 1986.

_____. La Préposition à et le Principe d'Anticipation. *Langue Française* v.76, p. 77-110, 1987.